

Marcelo El Khouri Buzato
mbuzato@iel.unicamp.br

Práticas de letramento na ótica da Teoria Ator-Rede: casos comparados¹

Literacy practices through the lens of Actor-Network Theory: Compared cases

RESUMO - Apresenta resultados de uma pesquisa teórico-empírica que objetivou abordar os novos letramentos a partir de uma ótica relacional. Tal ótica é dita relacional no sentido de que mantém tecnologia, sociedade, linguagem e sujeito letrado em um mesmo plano ontológico, e privilegia os instrumentos e processos de mediação e circulação entre o que, sob outras óticas, poderíamos chamar de o local e o global/universal. Com base em conceitos e *insights* da Teoria Ator-Rede, a pesquisa produziu e comparou dois casos em que os informantes foram tomados como empreendedores centrais de redes de letramentos. As estratégias de geração de dados empíricos incluíram (i) o monitoramento das atividades *online* dos informantes por um software especializado, (ii) observação participante e não-participante de eventos e práticas de letramento envolvendo os informantes, e (iii) entrevistas semi-estruturadas, antes, durante e depois de (i) e (ii). A partir dos dados empíricos, buscou-se descrever a relação estabelecida entre os informantes e os letramentos de que participavam nos termos da Teoria Ator-Rede. Os resultados incluem a identificação de um conjunto de objetos e práticas fronteiriças que permitiam aos informantes conectar produtivamente atividades letradas locais em diferentes contextos institucionais, espaciotemporais e temáticos com um empreendimento identificado com a produção de suas próprias subjetividades. Tais resultados são discutidos à luz dos esforços de pesquisa correntes voltados para o desenvolvimento de um enfoque pós-social nos estudos do letramento.

Palavras-chave: novos letramentos, subjetividade, Teoria Ator-Rede.

ABSTRACT - This paper presents findings from empirical and theoretical research aimed at addressing new literacies from a relational perspective. Such a perspective is deemed relational insofar as it keeps technology, society, language and the literate subject on the same ontological plane, and emphasizes the tools and processes of circulation and mediation between what, from another viewpoint, might be called the local and the global/universal. Using concepts and insights from Actor-Network Theory, the study produced and compared two cases in which informants were taken as the central entrepreneurs of literacy networks. Empirical strategies for the generation of data included (i) keeping records of the informants' online activities produced by specialized software (ii) participant and non-participant observation of literacy events and practices in which the informants were involved, and (iii) semi-structured interviews before, during, and after (i) and (ii). The data was then used to describe, through the lens of Actor-Network Theory, how the informants related to their various literacies. The findings include the identification of a set of boundary objects and boundary practices which allowed informants to productively connect literacies distributed in different institutional, spatiotemporal and thematic contexts to a more global enterprise defined as the production of their own subjectivities. Such findings are discussed in the light of current research efforts geared towards the development of a post-social approach to literacy studies.

Key words: new literacies, subjectivity, Actor-Network Theory.

Introdução

Este artigo reporta-se a uma pesquisa realizada entre 2009 e 2011, que objetivou aprofundar teórica e empiricamente a noção de “letramentos em rede” proposta por mim em trabalho anterior (Buzato, 2009a), naquela ocasião de forma mais vaga e sem qualquer vínculo com uma teoria específica a fundamentar a metáfora de rede. Trata-se, mais especificamente, de abordar os novos

letramentos a partir de uma ótica relacional, de alguma forma já pressuposta pela metáfora da rede, mas que, aqui, não se pretende como simples metáfora. Tal ótica é dita relacional no sentido de que mantém tecnologia, sociedade, linguagem e sujeito letrado em um mesmo plano ontológico, privilegiando os instrumentos e processos de mediação e circulação – daí relacional – entre o que, sob outras óticas, se poderia chamar de local e global/universal (Latour, 2001)².

¹ Trabalho financiado pela FAPESP sob o número de processo 2009/00671-7.

² Obviamente não é possível explorar todas as possibilidades aí aventadas em um só trabalho, de um só autor, razão pela qual convida-se o leitor interessado a contextualizar sua leitura do presente texto com as leituras de Buzato (2009c, 2010a, 2010b, 2010c).

Não está em questão, portanto, como já sugere o próprio título do artigo, a concepção de letramento como prática social que nos orienta desde o trabalho de 2009. Trata-se, na verdade, de fortalecer essa concepção frente às transformações que as tecnologias digitais da informação e da comunicação habilitam contingencialmente (Lankshear e Knobel, 2007), transformações que, ao mesmo tempo, tais tecnologias nos permitem rastrear com mais facilidade (Latour, 2007). Dito de outra forma, trata-se de repensar não o conceito de letramento enquanto prática social, mas justamente a formulação do “social” nele implícita, e de refletir sobre o que se ganha, e o que se perde, com tal manobra.

A costura teórico-metodológica de que lancei mão inicialmente, visando a tal objetivo, reunia três diferentes teorias vinculadas a três escalas³ do fenômeno “novos letramentos”, a saber, a Teoria Ator-Rede (Callon, 1986; Latour 1988, 2000, 2005; Law, 1992, 2000, 2006; Callon e Law, 1997), vinculada à escala do letramento como tecnologia e como prática social globalizante, a Teoria Social da Aprendizagem (Wenger, 1998), vinculada às práticas “situadas” de letramento em contextos ditos “locais”, e a Etnometodologia (Garfinkel, 1967) como estratégia de produção de descrições em microescala, do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, de interações entre o indivíduo e a máquina (novamente, um corte meramente analítico, para ser fiel à teoria).

Tal desenho teórico mostrou-se, já no início da pesquisa, bastante problemático uma vez que a Teoria Ator-Rede⁴ (doravante TAR) não apenas desabona certos

fundamentos das duas outras teorias elencadas⁵, como também oferece instrumentos suficientes para que se possa abordar os novos letramentos em qualquer escala e contexto, justamente porque não separa em diferentes planos a linguagem, o sujeito e a sociedade. Por outro lado, são poucos e relativamente isolados os estudos sobre o(s) novos letramento(s) que tomam a TAR como base para um enfoque descritivo, e, até onde me foi possível investigar, nenhum deles produzido no Brasil. Assim sendo, a própria efetividade da TAR como teoria chave para a (re)descrição do fenômeno do(s) novos letramento(s) passou a ser um dos focos da investigação, como ficará claro mais adiante.

No que se segue, apresentarei sucintamente alguns dos fundamentos da TAR tendo como critério de recorte a pertinência aos casos concretos que serão discutidos e comparados na segunda parte do trabalho. Após apresentar os principais contornos da teoria e mostrar como pode ser aplicada aos casos em tela, finalizarei o trabalho discutindo implicações desse tipo de (re)descrição para a pesquisa e o ensino em (novos) letramento(s).

Conceitos fundamentais da Teoria Ator-Rede

Nascida dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, a TAR é tida como um tipo de teoria sociológica que dá maior liberdade ao pesquisador para determinar quais são os grupos envolvidos nos fenômenos sociais. Trata-se de um corpo teórico aparentado com a sociologia fenomenológica de Gabriel Tarde e com a filosofia rizo-

³ O termo “escala”, ao longo deste artigo, não deverá ser entendido como sinônimo de “nível”, “plano”, “estrato” ou “dimensão física”, por uma questão de coerência com os postulados da Teoria Ator-Rede (TAR). Mais especificamente, partindo-se do pressuposto fundamental da TAR segundo o qual não há descontinuidade entre “ator” e “estrutura” no fenômeno a que nos referimos por “sociedade”, e preservando a noção de escala proposta por Gibson et al. (2000, p. 218, grifo meu) como “as dimensões espaciais, temporais, quantitativas ou analíticas usadas para medir-se e estudar-se um fenômeno”, temos que escala refere-se à extensão alcançada por um determinado ator-rede por meio do transporte circular de traços que lhe permitem contextualizar-se perante os demais atores-redes, dessa forma, contextualizando-os (Latour, 2005, p. 184). Ao mencionar três escalas dos novos letramentos, portanto, o que pretendo é enfatizar que se trata de visadas, correspondentes a três dimensões analíticas, sobre um mesmo sistema complexo.

⁴ Algumas obras de autores brasileiros e portugueses se referem à teoria como Teoria “do” Ator-Rede.

⁵ Acerca das relações entre a TAR e a Etnometodologia, pode-se dizer que ambas negam a ostensividade da estrutura social, e pensam “o social” em termos interacionais-relacionais-performativos, mas afastam-se no que tange (i) a concepção de ator social e (ii) a uma suposta dualidade indivíduo-sociedade. No lugar das constelações de “intersubjetividade” postuladas pela Etnometodologia, a TAR apela para a noção de interobjetividade (Latour, 1996, p. 239) para explicar a estabilidade de uma dada ordem social para além dos contextos imediatos de interação entre os humanos. “Ao deslocar as interações de modo a nos associarmos com não-humanos, podemos perdurar para além do presente, em materiais outros que não nosso corpo [...]. A velha diferença de níveis [do indivíduo e da estrutura] advém meramente da negligência [dos sociólogos] para com as conexões materiais que permitem a um lugar estar ligado aos outros assim como da crença em interações puramente face-a-face”. Isso quer dizer que o que as sociologias mais ortodoxas chamam de “ator social” e tomam como sendo uma entidade discreta - um indivíduo, corporação, ou unidade social coletiva de qualquer natureza - é, para a TAR, sempre uma rede de natureza interobjetiva, isto é, constituída de cadeias de ligação entre humanos e não-humanos. Já entre a TAR e a Teoria Social da Aprendizagem, por sua vez, pode-se dizer que compartilham, até certo ponto, as noções de que as práticas dependem de “reificações” e de que identidades são produzidas por trajetórias. Porém, persistem entre a TAR e a Teoria Social da Aprendizagem as mesmas incompatibilidades já mencionadas no caso da Etnometodologia. Além disso, há entre as duas teorias uma incompatibilidade no que diz respeito à natureza dos artefatos que integram e organizam a prática social. Se para Wenger (1998), baseado na Teoria da Atividade, as reificações incorporam a memória das comunidades (e culturas), ao mesmo tempo em que, no caso dos artefatos (como o computador), antecipam as maneiras como podem ser usados, a TAR, por sua vez, procura destacar o fato de que os artefatos, enquanto atores-rede, incorporam as expectativas e os interesses contraditórios dos diversos coletivos híbridos (humanos + não-humanos) que constituem o que chamamos de comunidade (sociedade, cultura). Dessa forma, o artefato é visto, preferencialmente, como o efeito da estabilização, sempre frágil e provisória, das relações entre essas entidades encadeadas. Ademais, para a TAR, mais do que um instrumento que guarda uma memória cultural/social, o artefato comporta-se como um delegado que transporta *programas de ação* e impõe *prescrições* aos humanos e não-humanos com quem se relaciona.

mática de Gilles Deleuze e Félix Guattari. É uma teoria compatível, ainda, com a concepção foucaultiana de poder como rede, e com o pressuposto da Etnometodologia de que os atores sociais dispõem da linguagem necessária para explicar o funcionamento de seus mundos.

A TAR é polêmica e alvo de muitas críticas⁶ e senões, em parte por conta de suas próprias indefinições ou contradições, a primeira delas consistindo em chamar-se teoria o que, para Latour (2005), deveria ser chamado de método, atitude ou modo de apreensão. Mas há também que se dizer, preliminarmente, que a TAR paga um preço relativamente alto pelo fato de ter sido desdobrada em diversas vertentes e crescido à custa do que Law (2006) chamou de traições/traduições, isto é, paga caro por não deixar de ser coerente com o que ela mesma prevê para qualquer tipo de empreendimento tecnocientífico.

Pode-se dizer que o termo que melhor captura a essência da TAR é “materialismo relacional” (Law, 1992), expressão que designa a asserção radical de que não existe “o social” fora de redes heterogêneas que colocam em relação entidades humanas e não-humanas. Tais redes são, em espécie, diferentes tanto do tipo utilizado na Teoria de Grafos⁷ quanto das redes técnicas ou telemáticas construídas e mantidas por engenheiros e cientistas da computação. Em primeiro lugar, porque, enquanto grafos e redes técnicas vinculam atores de um mesmo tipo (pessoas com pessoas, máquinas com máquinas, conceitos com conceitos, etc.) que trocam laços entre si, constituindo o que chamamos de redes homogêneas, a TAR trata de redes constituídas por entidades de variados tipos que transportam ações, constituindo o que chamamos de redes heterogêneas. Nessas redes heterogêneas, portanto, o que circula não é qualquer tipo de bem material ou imaterial, nem mesmo de energia, mas trabalho. Por essa razão, Latour (2005, p. 143) sugere que talvez o jogo de palavras *work-net* exprimissem melhor do que *network* o significado da metáfora de rede neste caso.

Vinculado ao materialismo relacional, e ainda mais polêmico do que ele, é o princípio metateórico da *simetria generalizada*, segundo o qual não se pressupõem distinções de status entre humanos e não-humanos nas

explicações dos fenômenos sociais. Isto não significa dizer que, para a TAR, humanos e não-humanos são a mesma coisa, mas apenas que os não-humanos também têm “direito teórico” a possuir interesses, manifestar desejos e exercer resistência.

Em oposição à noção de *interação*, tal qual utilizada na sociologia tradicional, a TAR utiliza o conceito de *translação*, isto é, um processo que envolve, simultaneamente, desvios de rota na circulação de ações (transporte) e articulações nas quais cada elemento expressa os interesses dos demais elementos em sua própria linguagem (tradução). Toda *translação* envolve *actantes*, termo emprestado da semiótica francesa justamente para que não se confunda as entidades da rede com os “atores sociais” durkeimianos ou weberianos. Já toda descrição de uma translação demanda a escolha de um *ator-focal* que tenta, por meio dela, crescer e fortalecer-se. Um *actante* pode, como na semiótica, representar aquele participante de uma translação cuja força circula independentemente das *figurativizações* (Greimas e Courtés, 2008; Latour, 1992, 2005) que assume. Na TAR, humanos e não-humanos são *actantes* que gozam do mesmo status, porém são dotados de atributos distintos: enquanto os humanos têm racionalidade, animidade e volição, os não-humanos dispõem de durabilidade, tenacidade e substância material, o que lhes permite acolher a ação humana e torná-la perene e transportável (Latour, 1992, 1996), da mesma forma, pode-se acrescentar, que um pedaço de papel pode acolher, para transportar, a forma linguística de um enunciado, mesmo que seu significado mude radicalmente no novo contexto.

Translações envolvem quatro *momentos* através dos quais um punhado de entidades dispersas torna-se um *ator-rede*. No primeiro momento, chamado *problematização*, o ator-focal define, a partir de seu ponto de vista particular, um problema a ser resolvido, e convoca todas as entidades afetadas para uma espécie de *parlance*, na qual, alegando ter a solução, coloca-se como o *ponto de passagem obrigatório* (doravante *PPO*) para onde os interesses dos demais devem convergir (Callon, 1986; Latour, 1988, 2000). No segundo momento da transla-

⁶ Entre as principais críticas feitas à teoria estão as seguintes: (i) ao desconstruir as noções de classe, gênero e etnia, a TAR levaria à naturalização das desigualdades sociais e desconsideraria o valor dessas categorias na compreensão das políticas da diferença cultural que geram desigualdades sociais (Haraway, 1992); (ii) ao outorgar o mesmo status ontológico a humanos e não-humanos, estaria desconsiderando capacidades humanas tais como a volição, a racionalidade e a auto-disciplina (Collins e Yearley, 1992). Os autores da TAR rebatem (i) argumentando que categorias como gênero, classe, etnia etc. são efeitos da continuidade entre o indivíduo e estrutura e, dessa forma, reificar essas categorias contribui para omitir, em lugar de esclarecer, o “como” da produção das desigualdades e diferenças (Law, 2007). Quanto a (ii), esclarecem em muitos escritos que a simetria generalizada não implica que homens e coisas sejam iguais, mas apenas que são inexoravelmente impossíveis de serem isolados mutuamente (Latour, 1996).

⁷ Na Matemática, um grafo é definido como um conjunto finito de pontos chamados vértices (ou nós) conectados por *links* chamados arestas (ou arcos). Representados visualmente em forma de rede, os grafos têm propriedades matemáticas específicas que podem ser utilizadas para a solução de problemas complexos. Aplica-se a Teoria de Grafos, geralmente, na solução de problemas que possam ser estruturados em forma de rede, como, por exemplo, sistemas de tráfego aéreo ou terrestre, redes de comunicação, ou sistemas de transações financeiras em rede. Redes técnicas, por sua vez, são dispositivos tecnológicos que conectam entre si pontos remotos que necessitam estabelecer trocas materiais, como, por exemplo, ferrovias ou redes de transmissão de eletricidade. Quando tais redes são constituídas de dispositivos técnicos de telecomunicação em conjunto com dispositivos de informática, as mesmas são chamadas de redes telemáticas.

ção, o da *persuasão* (*intéressement*), o trabalho do *ator-focal* passa a ser o de excluir todas as vozes dissuasivas que tentam convocar os *actantes* por ele elencados para outras translações, e todas as vozes discordantes dos aliados já posicionados em suas identidades dadas pela *problematização*.

O terceiro momento da *translação* é chamado *alistamento* (*enrollment*) e, nele, os atores são convocados a negociar interesses em atividades interativas nas quais são exibidas *provas de força*. Se tudo correr bem nessa fase, os aliados se fixarão definitivamente na posição a eles designada pelo *PPO*.

Na quarta e última etapa, *mobilização dos aliados*, a rede terá sido expandida a tal ponto que, para que o *ator-focal* continue a fazer sua agentividade circular de modo coeso, terá que lançar mão de *móveis imutáveis*, isto é, representações formais que podem ser transportadas (móveis) sem sofrer alterações ou deformações (imutáveis) e que possam ser acumuladas, combinadas, embaralhadas e (re)despachadas para todos os *sítios* envolvidos na rede (Latour, 1986, 2000, 2001).

Numa *translação* malsucedida, a quebra da comunicação entre os atores fará o empreendimento esfacelar-se antes de constituir um fato científico, dispositivo técnico ou instituição social reconhecíveis como tais. Uma *translação* completa e bem sucedida, por sua vez, gerará a estabilidade relacional necessária para que o *quase-objeto* resultante da translação possa existir e circular no espaço euclidiano (Law, 2000). É por essa razão que, na TAR, um ator é sempre ao mesmo tempo uma rede e vice-versa, ou seja, o que há são *atores-redes*. Removam-se os vínculos da rede que constituem um ator, e ele deixará de sê-lo.

Mediar, na TAR, significa interferir na produção de um efeito da rede. Quando o efeito é de mera transmissão da ação tal qual foi recebida, o *actante* é chamado de fiel *intermediário*; fiel porque domesticado, voltado para preservar a estabilidade e ordem obtidas na translação. *Mediadores*, por sua vez, desviam a ação recebida por conta de seus próprios interesses, (re) criando controvérsias internas na translação, abalando a ordem geral e demandando do *ator-focal* a mobilização de mais *aliados* e o *alistamento* de mais e mais *mediadores* (Latour, 2005). Interessante é notar que um

intermediário já domesticado pode, a qualquer momento, tornar-se novamente um *mediador*, um processo que a TAR designa por *despontualização*. Um computador funcionando perfeitamente seria, para Latour (2005, p. 39), um exemplo de *intermediário* dos mais produtivos e fiéis, ao passo que uma interação face-a-face entre humanos seria, a princípio, o lugar privilegiado dos *mediadores*. Mas, ao “dar pau”, um computador torna-se imediatamente um *mediador* que impõe grandes renegociações a seu usuário, *despontualizando-se* para voltar a apresentar-se como uma rede de dependências entre incontáveis *actantes* que já não se entendem. Da mesma forma, algumas ocasiões de interação face-a-face entre humanos podem correr de modo a simplesmente transmitir fielmente, ou reconfirmar, algo já dito alhures, sobre o que os interactantes não têm discordâncias a manifestar⁸. Para fazer um *mediador* tornar-se, ou voltar a ser, um *intermediário*, seus interesses terão que, de alguma forma, ser atendidos ou traduzidos novamente pela ação de mais *mediadores*. No caso do computador, pode-se baixar uma versão mais atualizada de um *driver*, instalar um anti-vírus ou, em último caso, chamar o rapaz (ou moça) da assistência técnica. Da mesma forma, para transformar um *intermediário* em *mediador*, é preciso colocá-lo em contato com outras translações em curso e seduzi-lo, de modo que deserte da translação em que está e venha juntar-se à outra, na qual, acredita, seus interesses serão melhor atendidos.

A TAR e a linguagem

A primeira e mais óbvia conexão entre os estudos da linguagem e a TAR seria a semiótica da Escola de Paris⁹ de onde a TAR toma emprestados os conceitos de *actante*, *debreagem* (*shifting-out*, nos textos da TAR em inglês) e *figurativização*, entre outros.

A *debreagem* é associada, na TAR, ao conceito de *delegação*, isto é, à maneira como atores-rede empregam não-humanos que atuam silenciosamente em substituição ao trabalho de muitos humanos de modo que a ordem das associações seja mantida e a “localidade” dos eventos produzida (Latour, 1992, 1996). Trata-se, essencialmente, de perenizar as *performances* necessárias para a manutenção dos ordenamentos sociais a cada instante por meio de *programas de ação* inscritos em não-humanos. Contudo,

⁸ Em Buzato (2010d), aborda-se a possibilidade de humanos e máquinas atuarem tanto como intermediários quanto como mediadores a partir de um diálogo entre um software de processamento de linguagem natural na WWW e um usuário.

⁹ Latour (2005, p. 55) cita como referência maior, nesse sentido, as obras de Greimas e Courtés (2008) e Fontanille (2007). À referida semiótica, em comparação com outras, interessa menos constituir uma teoria do signo do que uma teoria da significação, isto é, interessa explicar como o signo participa na composição de uma tessitura dos sentidos manifesta enquanto um texto que se estrutura a partir de um percurso gerativo de sentido. À TAR interessa aplicar uma versão própria de tal semiótica (Law, 2007) para descrever a construção dos fatos e artefatos tecnocientíficos de modo análogo ao da construção de um texto. Uma das lógicas organizadoras do percurso gerativo de sentido previstas pela semiótica da Escola de Paris, que a conecta diretamente aos conceitos de translação e delegação na TAR, é a da manipulação, isto é, a da ação de um actante sobre o outro, levando-o a executar um programa dado.

essas *delegações* devem ser pensadas em conjunto com as *prescrições e figurativizações*¹⁰ a elas associadas.

Uma *delegação* pode ser ou não ser *figurativizada*, mas, de alguma forma, sempre envolverá a inscrição, em não-humanos, de *programas de ação* humana e, por conseguinte, a devolução aos humanos de algum tipo de *prescrição* moral/comportamental (Latour, 1992). Por exemplo, uma porta automática que substitui um porteiro humano é um *delegado* que carrega o programa de ação “feche a porta atrás de si”, mas, ao mesmo tempo, devolve aos humanos que passam por ela *prescrições* do tipo “abra com tal força” ou “passe em tal velocidade se não quiser quebrar seu nariz” (Latour, 1992).

Computadores são delegados especialmente interessantes porque seus programas de ação poderiam, em tese, ser reinscritos pelo usuário via manipulação de símbolos, isto é, sem o uso da força bruta ou de intermediários materiais, como no caso da porta. Entretanto, os incontáveis eventos de letramento¹¹ realizados por fração de segundo dentro do computador são realizados por *delegados* urdidos em práticas de letramento altamente especializadas de programadores e engenheiros responsáveis por *problematizações* que não coincidem, necessariamente, com as do usuário. Além disso, tais *delegados* não apenas transmitem *prescrições* ao usuário: eles também podem transportar as manipulações simbólicas do usuário em cada sítio local de volta a uma ou mais *centrais de cálculo*¹² de modo que toda a vez que o usuário tenta reinscrever um *programa de ação* ele, usuário, está, ao mesmo tempo, tornando-se um símbolo manipulável em outro sítio.

Para a TAR, não há sociedade onde não houver *centrais de cálculo* de onde partam e para onde retornem

metrologias, standardizações, protocolos, senhas, *logins*, cenários de uso e outras entidades que tornam sítios locais comensuráveis entre si. É justamente nossa falta de atenção, se não inconsciência, para com essas circulações que produz a ilusão de que local e global planos isolados entre si: sem os *móveis imutáveis* e *delegados* que o enquadram, o local não seria um local; da mesma forma, sem o transporte dos eventos produzidos localmente, a cada momento, não haveria a sensação de globalidade. Tal raciocínio é comparável, no campo da linguagem, à noção bakhtiniana de que são os enunciados situados que, em relação recíproca, criam o efeito de uma língua (global e abstrata) que, aparentemente, lhes seria anterior (ou superior), mas que, em verdade, não existe exceto nessas circulações.

É necessária alguma cautela, entretanto, por parte de quem estuda a TAR, para não banalizar ou menosprezar as limitações dos empréstimos conceituais que ela faz às teorias de linguagem. Por exemplo, quando Latour (1992) aproxima o conceito de *texto* ao de *máquina* e o de *programa narrativo* ao de *programa de ação*, não está propondo meras analogias: está sinalizando um tipo de continuidade radical (ontológica) entre o simbólico e o material, compatível com a continuidade radical que a TAR afirma existir entre sujeito e sociedade, cultura e natureza, humano e não-humano etc. Não se trata, portanto, de metaforizar a “realidade material” como se fosse semiótica: trata-se, efetivamente, de propor uma semiótica material (Law, 2007)!

Tal continuidade entre o simbólico e o material é especialmente interessante para o analista dos novos letramentos já que as práticas letradas digitais têm sido

¹⁰ Latour (1992, p. 177) qualifica as *prescrições* como a dimensão moral e ética das máquinas (mecanismos, dispositivos, aparelhos). Akrich e Latour (1992, p. 261, tradução minha) as definem como “aquilo que um dispositivo (máquina, aparelho, mecanismo) permite ou proíbe aos atores – humanos e não-humanos – por ele antecipados”. Já por *figurativizações* – conceito emprestado pela TAR diretamente à semiótica francesa, na qual “figurativo” é tudo o que pode ser referido à visão, audição ou tato – pode-se entender, na TAR, as diferentes aparências ou formas concretas pelas quais um *actante* age sobre outros *actantes*. Para tomar um exemplo de Latour (2005, p. 54, tradução minha) podemos entender os enunciados “O imperialismo esforça-se pelo unilateralismo”, “Os Estados Unidos querem retirar-se da ONU”, “Bush filho deseja retirar-se da ONU” e “Muitos oficiais do Exército e umas duas dúzias de neo-conservadores querem se retirar da ONU” como diferentes *figurativizações* de um mesmo *actante*. Diferentemente da semiótica francesa, contudo, para a TAR, o figurativo não se opõe necessariamente ao abstrato, ou, mais precisamente, *figurativizações* podem ser concretas, realistas, abstratas ou artificiais, desde que forneçam ao *actante* a capacidade de agir sobre os outros.

¹¹ Heath (1982, p. 93, tradução minha) define evento de letramento como “qualquer situação em que a escrita é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação”. As aspas servem para ressaltar que, nesse caso, os participantes da interação são tanto humanos como não humanos, e que, portanto, o que podemos chamar de “processos de interpretação” internos a um computador não são necessariamente do tipo ao qual a autora quis se referir. Entende-se aqui, entretanto, que os programas que fazem com que a máquina execute determinadas ações, ou, em sentido contrário, que levam o usuário a portar-se de determinada maneira, ou o impedem de portar-se de outra, são delegados urdidos por algum programador/desenvolvedor do software, e, portanto, os eventos de letramento internos ao computador são, antes de mais nada, eventos de letramento envolvendo humanos, mediados pelo computador.

¹² Por *centrais de cálculo* a TAR (sobretudo em Latour, 2000, 2005) designa os pontos de uma rede sociotécnica para o qual convergem *inscrições* efetuadas em muitos outros pontos da mesma rede. A passagem constante de tais registros por esse ponto específico permite que os registros e, portanto, os próprios pontos da rede, ressemiotizados na forma desses registros, sejam acumulados, agregados, recombinações e colocados novamente em circulação. Tal regime de circulação estabelece uma relação de dominação, do tipo centro-periferia, entre a central e os demais sítios, desde que os registros viajem pela rede sem sofrer “deformações” (i.e. comportem-se como *móveis imutáveis*). No caso dos computadores a que se refere a passagem (mas também no de telefones celulares, leitores de cartões de crédito, e tantos outros *gadgets* conectados que fazem parte de nosso cotidiano) os registros constantemente enviados de volta a *centrais* tais como o fabricante do sistema operacional, o provedor do serviço de buscas na Web ou a companhia telefônica que carrega o sinal, dizem respeito tanto ao funcionamento interno do aparelho, como aos hábitos informacionais, de locomoção e de consumo do usuário que, dessa forma, é também circulado, recombinações, agregado etc., naquilo que Latour (2007) qualifica como uma gigantesca operação de *data-mining*.

organizadas mais e mais em torno de operações transmediáticas (Lemke, 2009). Pode-se pensar em tais operações como *translações* em que a corporação dona da franquia, tomada como o *ator-focal*, faz sua narrativa circular por diferentes meios e materialidades semióticas com o fito de torná-la algo perene, que possa ser negociado em grande escala, via acordos de licenciamento, por exemplo. Ao mesmo tempo, pode-se rastrear aí processos de *delegação* e distribuição, em rede, do trabalho de ressemiotização (Iadema, 2003) necessário para a manutenção da vitalidade da narrativa e/ou de sua adaptação a diferentes mercados, e aos “novos tempos”.

Com isso, novos sentidos (“locais”) vão sendo agregados aos já estabelecidos na narrativa, ao mesmo tempo em que os sentidos já estabelecidos vão sendo desviados e renegociados tornando-se ofertas de subjetividade que podem ser acolhidas pelos fãs e recirculadas por toda a rede, gerando novas idéias e novos negócios: o livro vira filme, ou o filme vira livro, e, em seguida, ou ao mesmo tempo, vira videogame, álbum de figurinhas, toque de celular, caneca de plástico, mochila de pano ou caderno escolar. O caderno, mochila, ou caneca, uma vez comprados, viram o apelido do comprador e, então, seu *user name* em algum espaço de afinidade *online* em que o sentido da narrativa pode ser novamente disputado, ampliado, rearticulado e recontextualizado, circulando de volta até a *central* em que os produtores da franquia preparam a versão seguinte daquele “universo”.

Cada ator humano ou não-humano que participa dessas *translações* não é, contudo, necessariamente, um *intermediário* fiel nessas cadeias de transmediação e ressemiotização: ele pode agregar entidades que aí circulam a uma translação equivalente ao que podemos, por força do hábito, chamar de sua subjetividade, o que equivale, nos termos da TAR, a aceitar o que Latour (2005, p. 213) chama de *subjetificadores* ou ofertas de *subjetificação*.

Definido como o processo pelo qual um humano adquire sua subjetividade, o termo *subjetificação* aponta diretamente para a radical abolição de uma suposta linha divisória entre o intrapsicológico e o extrapsicológico, ou, em outros termos, para a postulação de que a subjetividade é um efeito da circulação de elementos subjetificadores; isso porque o ator humano “é tornado indivíduo/sujeito ou tornado uma não-entidade genérica por um enxame de outras agentividades” (Latour, 2005, p. 213, minha tradução).

Uma importante consequência desse postulado é que *subjetificadores* sempre deixam rastros que podem ser seguidos de modo a que o sujeito possa ser reconstituído enquanto *ator-rede*. Entre os exemplos de *subjetificadores* citados por Latour são particularmente interessantes, no caso desta pesquisa, os que tomam a figura de textos, o

que inclui desde os documentos civis que precisamos carregar conosco (e que podemos seguir de volta até uma delegacia ou cartório, e daí até a Constituição Federal), até os clichês que nos permitem emitir opiniões sobre “fatos da atualidade” (que podem ser seguidos até o jornal lido ou assistido pela manhã), as combinações particulares de cores, formas, materiais e *designs* que nos permitem saber como expressar o “nosso estilo” na estação (rastráveis até as revistas de moda), as maneiras como amamos e somos amados (romances), as estatísticas e cálculos do governo que nos permitem saber a que grupo social pertencemos, os exames e receitas médicas que nos contam se por enquanto somos sãos ou doentes, e assim por diante.

Não se pode deixar de notar que as conexões entre sítios disponibilizadas pelas tecnologias digitais aceleram enormemente a circulação dos *subjetificadores*, ao mesmo tempo em que permitem o registro em tempo real dos traços deixados pela sua circulação.

Uma segunda consequência dessa postulação sobre a subjetividade está em que, vistos como participantes de *translações*, os sujeitos letrados não seriam nem oprimidos nem emancipados pelos subjetificadores que circulam em seus letramentos: os letramentos seriam, simplesmente, *translações* maiores em escala, às quais os sujeitos podem agregar-se, sendo importante lembrar que o vínculo aí estabelecido desvia o significado tanto do sujeito quanto do letramento. Assim, o que até então poderíamos ter chamado de “opressão” ou “emancipação” pelo letramento seria, do ponto de vista da TAR, melhor entendido como troca de vínculos, de melhores para piores, no caso da “opressão”, e de piores para melhores, no caso da “emancipação” (Latour, 2005, p. 207). Subjetividades e letramentos, dessa forma, se sustentariam sem que precisássemos separá-los em dois planos (individual e social), mas por recrutamento mútuo e contiguidade/extensão num mesmo plano (o das cadeias de vínculos que os definem como *atores-redes*).

Resta-nos perguntar, apenas, antes de iniciarmos a segunda parte deste trabalho, como concretamente essa continuidade entre sujeito “situado” e letramento “circulado” se estabelece e se mantém. A resposta estaria no que a TAR chama de *objeto fronteiroço* (*boundary object*). Um objeto fronteiroço (doravante OF) é um dispositivo (material ou não) que conecta translações em diferentes escalas (global e local), mesmo que, ou especialmente quando, os atores das translações envolvidas não compartilham uma visão consensual e unificada sobre o que, afinal, está acontecendo em cada sítio. Trata-se, em resumo, de um mediador que estabiliza a relação entre translações compatibilizando heterogeneidade e cooperação¹³ (Star e Griesemer, 1989).

¹³ Ver também Buzato (2009b, 2011).

Casos comparados

Com vistas a aferir o poder explicativo da TAR em relação a um conjunto de dados empíricos gerados com o auxílio de dois informantes ao longo dos anos de 2009 e 2010, foram desenvolvidos dois pequenos casos cujos resultados são apresentados e comparados sucintamente a seguir. O objetivo da seção é refletir, com o acompanhamento do leitor, sobre o que se ganha e o que se perde, potencialmente, em termos de inteligibilidade sobre o fenômeno do(s) (novos) letramento(s), quando se aborda letramentos e subjetividades como *translações* vinculadas entre si, em lugar de separar os sujeitos, a linguagem e as práticas em planos distintos.

Descrição dos sujeitos e estratégias de geração e análise dos dados

No período coberto pelo estudo, os informantes eram alunos do curso de Letras de uma instituição pública de ensino superior do estado de São Paulo, sendo um (aqui denominado T.) do sexo masculino, de família de classe média, e outro do sexo feminino (aqui denominada A.), também de família de classe média, porém com perfil de renda inferior ao da família do informante masculino. A. declarou-se negra e T. declarou-se branco. Ambos se definiram como heterossexuais e tinham 20 anos de idade ao término da pesquisa.

Após uma fase de entrevistas com base nas quais os informantes foram selecionados, e a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, instalou-se um *software de monitoramento*¹⁴ em seus computadores. Os informantes foram treinados para recolher e entregar ao pesquisador, periodicamente, os arquivos de registro produzidos por esse *software*, tendo a opção de eliminar registros específicos antes da entrega nos casos de (i) o computador ter sido utilizado por outra pessoa no momento daquele registro; (ii) o registro ser de atividade considerada excessivamente íntima para ser compartilhada (por exemplo, sexo virtual); ou (iii) os terceiros envolvidos nas interações negarem explicitamente seu consentimento em compartilhar o registro com o pesquisador, ao serem informados sobre da pesquisa pelo próprio informante¹⁵. Ficou estabelecido que os informantes mantivessem um diário no qual anotariam, além de reflexões ou informações sobre a experiência que considerassem relevantes, as datas e horários em que houvesse remoção de dados e uma

justificativa para tanto. Na prática, contudo, tais diários não foram produzidos pelos informantes, sendo substituídos por trocas de e-mail periódicas com o pesquisador.

Houve, ainda, observação simples e participante em alguns dos locais (virtuais ou físicos) em que os informantes relataram desempenhar práticas de leitura e escrita, incluindo suas casas, assim como coleta de textos impressos ou quirográficos produzidos por eles nos âmbitos escolar e profissional. Ambos, além disso, desenharam, a meu pedido, mapas e ou diagramas que retratavam as distribuições espaciais, temáticas e midiáticas de suas práticas letradas quotidianas.

O *software* de monitoramento fornecia, além de dados tais como horário e frequência de uso do computador, e de ranqueamentos das palavras-chave, endereços de internet, listas de programas mais utilizados e dos parceiros de comunicação mais frequentes etc., além de uma grande quantidade de fotografias de tela (doravante *snapshots*) que foram exportadas em formato JPG para análise e para referência durante as entrevistas.

Esses dados, juntamente com as notas de campo, mensagens de e-mail trocadas entre pesquisador e informantes, mapas e transcrições das entrevistas registradas em vídeo, foram organizados e anotados com a ajuda do programa de análises qualitativas Atlas Ti¹⁶ (doravante *software de análise*). A cada ciclo de gravação e entrega dos dados registrados pelo *software de monitoramento*, que durava entre duas e três semanas, seguia-se uma entrevista, preparada com a ajuda do *software de análise*, na qual os informantes esclareciam dúvidas do pesquisador sobre o contexto “fora da tela” em que haviam sido gerados *snapshots* selecionados, e forneciam suas interpretações sobre o significado dos registros colhidos que, por alguma razão, houvessem chamado a atenção.

Uma vez que o objetivo estipulado era o de (re) descrever o fenômeno dos novos letramentos em diversas escalas a partir da metalinguagem oferecida pela TAR, buscou-se rastrear nos dados o máximo de instanciações dos conceitos listados na seção teórica deste trabalho, como exemplifica a Figura 1, que reúne recortes de *snapshots* colhidos em diferentes momentos. A Figura 1a é Sandman (ou Morpheus), personagem de HQ que T. utilizava como avatar em um fórum *online*. A Figura 1b é um dos personagens utilizados por T. no jogo *Diablo II*¹⁷. Perguntei a T., em uma das entrevistas, sobre a Figura 1c, por tratar-se de uma figura feminina. Ele explicou que o personagem era o avatar de sua namorada, que ele assu-

¹⁴ Spector Pro 6.0, *Spector Soft*, Vero Beach, EUA.

¹⁵ Eram repassadas aos interlocutores do informante, por ele mesmo, as mesmas informações fornecidas ao informante pelo pesquisador, sobre como seu anonimato seria protegido, e sobre que tipo de divulgação estava prevista para a pesquisa (publicação de artigos e apresentações em eventos, por exemplo). Isto obviamente não se aplicou a interlocutores com os quais os informantes não mantinham qualquer tipo de laço social forte, como, por exemplo, *spammers* ou solicitantes de adição não autorizados em suas redes sociais *online*.

¹⁶ Atlas.ti 6.0, *ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH*, Berlin, Alemanha.

¹⁷ *Blizzard Entertainment*, Irvine (CA), EUA.

mia, no contexto do jogo, para acumular os pontos de experiência necessários para levá-lo à próxima fase, onde o personagem pessoal de T. já o aguardava. Na Figura 1c vemos um “caçador” que T. criou para participar do jogo *World of Warcraft*¹⁸, batizado com o nome de um personagem de um romance escrito pelo mesmo autor das HQs de Sandman. A Figura 1d identificava T. para os visitantes, juntamente com seu nome civil, em seu perfil numa rede social online.

As muitas idas e vindas entre a teoria e os dados me levaram a concluir que as Figuras 1a, 1c e 1d, mas não 1b, eram figurativizações de um *actante* com o qual T. se identificava fortemente: a força dos sonhos e da fantasia para comunicar verdades profundas que, no entanto, mantêm-se relativamente indecifráveis¹⁹. Já com a Figura 1b, T. punha em ação uma *debreagem* semelhante à que fazia quando tornava a namorada personagem de seus poemas, e, em outra prática, quando a personificava em trabalhos escolares elaborados digitados por ele e entregues aos professores da moça.

Na Figura 1d, chama a atenção o ângulo escolhido para, ao mesmo tempo, revelar e ocultar a face de T., uma forma de ressemiotizar e recontextualizar o mesmo *actante* figurativizado por Sandman.

Os dados gerados pela informante A. foram submetidos ao mesmo procedimento. Apenas para ilustrar uma das diferenças encontradas, ficou claro, desde a primeira remessa de dados, que, embora tivesse acesso aos meios de produção e circulação de fotografias digitais, e embora gostasse muito de registrar fotograficamente momentos de sua vida cotidiana, a preferência de A., nos seus movimentos de recontextualização via comunicação mediada por computador (CMC), era para o uso de símbolos do teclado que, segundo ela, ressemiotizavam expressões faciais e corporais que eram sua “marca registrada” perante os amigos da faculdade e de outros círculos. Pode-se citar como exemplo o *emoticon* “=)” que, para ela, recuperava perante o interlocutor distante um hábito seu de levantar as sobrancelhas enquanto falava sobre algo que julgava engraçado ou interessante. Vale notar que o mesmo *emoticon* tem o significado relativamente convencionalizado de “cético” ou “desconfortável” entre os usuários de CMC, e, portanto, que houve aí uma renegociação do seu sentido a partir do momento em que se tornou um *subjetificador* para A..

Para facilitar e tornar maximamente produtivo o processo de idas e vindas entre dados e teoria, utilizei

marcadores (*codes*) dentro do *software de análise*, assim como recursos de contagem, busca e relacionamento de tópicos e palavras-chave dentro do corpus. Em vista do volume relativamente grande de dados gerados a cada ciclo de recolhimento de registros, seguido de pré-análise e entrevista²⁰, tais recursos também foram úteis para a seleção das partes do corpus que foram submetidas a uma análise qualitativa mais detalhada.

Síntese dos Resultados

Tentei, até onde foi possível, produzir os resultados que agora apresento, resumidamente, seguindo o procedimento sugerido por Latour (2000) para o estudo de *translações*: para compreender a rede, segue-se o *ator*; para compreender o *ator*, seguem-se as conexões estabelecidas e as traços (*inscrições*) deixados (transportados) no caminho; para entender como é a prática dos atores, percorre-se o traçado e desenha-se a rede, sem jamais esquecer-se de que quem desenha a rede também participa dela, ou seja, já está *inscrito*.

Por uma questão de falta de espaço e por necessidade de adequação ao gênero e ao meio de circulação deste texto, foi necessário linearizar as relações entre conceitos da TAR e os dados apresentados, assim como reduzir a densidade das conexões estabelecidas pelos procedimentos analíticos já descritos de forma sucinta. Em compensação, espera-se que tal simplificação-linearização tenha tornado mais fácil a tarefa de estabelecer comparações entre os casos de T. e A., não com o fito de sugerir generalizações, mas de pôr em evidência as maneiras como são produzidas, por diferentes conexões, as diferenças que os constituem como sujeitos singulares.

T., um jogador

Em seu blog pessoal, T. se definia como: “aspirante a poeta, RPGista e futuro bacharel em Letras; amante das obras de Tolkien e literatura inglesa”. Vemos aí três dos muitos alvos de seu afeto: poesia romântica, RPG e literatura de fantasia. A estes podem-se acrescentar, com base nos dados, o *heavy metal rock*, a música *gospel*, estudos de mitologia e ocultismo, entre outros discursos que, em termos da TAR, poderíamos chamar de fornecedores de seus *subjetificadores*. Há, certamente, algo que atravessa todos esses *subjetificadores*, além do próprio T.. Numa definição mais apressada, e não

¹⁸ *Blizzard Entertainment*, Irvine (CA), EUA.

¹⁹ Interessante e necessário seria, caso houvesse espaço aqui, discutir de que maneira T. recuperava a força desse *actante* em sua relação consigo. Teria tentado manter-me “iludido” e incapaz de “decifrá-lo” deletando partes dos dados, conforme lhe era facultado? Tal “apreensão” não inviabilizou minha ação como pesquisador justamente porque nunca foi minha intenção “esgotar” o que haveria para saber sobre T.: o que quis foi, justamente, compreender como, ao circular entre letramentos, ele recuperava traços de sua subjetividade que o definiam perante o mundo e perante a si mesmo.

²⁰ A cada ciclo, eram colhidos aproximadamente doze mil *snapshots* associados a seqüências textuais registradas em arquivos html (bate-papo online, e-mail, redes sociais, etc.), e cerca de dez mil palavras transcritas por entrevista realizada.

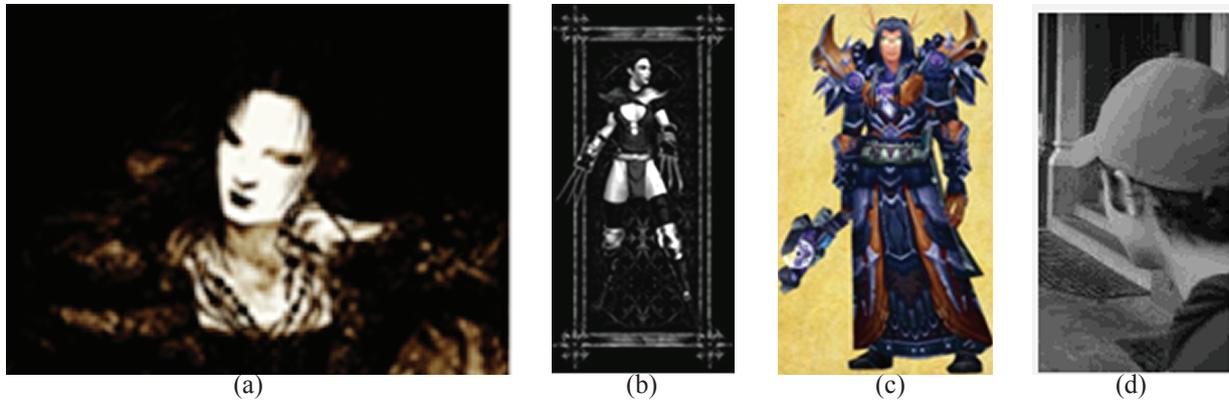


Figura 1. Figurativizações da “força do sonho” e da “mulher amada” em alguns dos letramentos digitais de T.
Figure 1. Figurativizations of “the power of dreams” and “the beloved woman” in some of T.’s digital literacies.

baseada nos dados, poderíamos definir esse algo como “alienação da realidade” ou “apego à fantasia”. Mas isso seria um grande erro, pois, tudo o que T. buscava obter ao envolver-se com esses letramentos eram elementos que sustentassem uma espécie de “busca pela verdade profunda”:

Excerto 1

eu vi coisas assim na cidade que é... de você ficar de boa aberta... um amigo meu, esse que faz engenharia ambiental, né? estava com um problema e foi no médico, estava com uma inflamação nos olhos, daí um dia ele estava descendo pra trabalhar, né? [...] tava descendo de bicicleta, era meio-dia assim, *blusa preta* e óculos de sol e passou assim... eu estava na praça, daí tinha uns velhinhos assim [...] daí eu passando perto ouvi: “lá, aquele menino lá fumou maconha e está descendo de óculos escuros pra ninguém ver.” [...] É incrível isso, eu passei e ouvi assim, fiquei pensando, né? esse velho não vê que o filho dele é homossexual e sai com três caras à noite... ele não vê que a mulher dele tá traindo ele com o vizinho, mas tá falando mal do cara que tá descendo, indo trabalhar, faz faculdade... (grifos meus).

Eis a *problematização*: “as pessoas, sobretudo as mais velhas e mais autoritárias, não enxergam a realidade existente por trás do que elas veem e por isso são injustas com os outros, e cegas a respeito de si mesmas”. Seguindo o *actante* figurativizado pela “blusa preta” (grifos no excerto), conecto a *problematização* à participação de T. num grupo chamado, pejorativamente, de “os camisas pretas”, o qual surgira na mesma praça de que fala o excerto, anos antes, quando T. e alguns amigos ali se reuniam, vestidos com camisetas de bandas, para trocar revistas e CDs. O *Heavy Metal Rock*, por sua vez, chegou à pequena cidade por intermédio de um jovem mais velho, vindo da capital, que iniciou os amigos recém-conquistados no discurso do satanismo que dava a base às letras das canções do *Black Metal* norueguês cujos CDs trouxe consigo, e que foram

prontamente copiados e distribuídos entre os, a partir daí, “camisas pretas”.

T. contou que, no passado, influenciado por esses discursos, e revoltado com certas imposições feitas pelo pároco da cidade, considerava-se um anticristão, e fantasiava, com seus amigos, a possibilidade de queimar igrejas na região, como faziam certos fãs escandinavos do *black metal*. Já à época da pesquisa, em contraste, dizia-se um “evangélico não ortodoxo”. Isto explicava os registros de *downloads* de música gospel, misturados aos de *Heavy Metal*, que foram colhidos pelo *software de monitoramento*, mas não explicava a razão de *personificadores* opostos entre si serem encontrados juntos nos meus dados. Eu me perguntava, à época, como era possível que discursos (arquivos, artistas, narrativas) cristãos-evangélicos e pagãos-satanistas convivessem “pacificamente” no conjunto de *subjetificadores* de T., até que me desse conta de que havia uma cadeia extensa de *mediadores* capazes de apaziguar as controvérsias ali latentes: a literatura de Álvares de Azevedo, a quem T. fora apresentado por um professor no ensino médio, e os jogos de RPG de mesa e *online*, com seus universos ficcionais povoados por bruxaria e vampirismo, raças e classes de personagens “da luz” e “das trevas”, além, obviamente, da literatura de J.R.R. Tolkien, da qual T. era fã.

Tal literatura, por sinal, havia se tornado, desde que T. a conheceu, na adolescência, parte de uma operação transmídia que circulava até mesmo no espaço da tela da TV, um sítio da *translação* ao qual os pais de T. estavam desde sempre já conectados. Foi a circulação da obra de J.R.R. Tolkien, na adaptação/ressemiotização de Peter Jackson, por esse sítio, que permitiu a T. *envolver* seus pais na sua própria *translação*, atribuindo-lhes a identidade de patrocinadores da compra de livros e revistas importadas sobre Tolkien, RPG e literatura de Fantasia, em geral. Tais revistas e livros, por sua vez, funcionavam como *objetos fronteiraços*, conectando letramentos não oficiais (locais) normalmente malvistas pelos pais e professores de T. (tais como os dos “camisas

pretas”) e letramentos oficiais (globais)²¹ mais facilmente legitimáveis, do tipo “fazer leituras extracurriculares para melhorar o desempenho na escrita”. Também na universidade, anos mais tarde, T. continuava lançando mão de *objetos fronteiros* para estabilizar relações entre letramentos concorrentes, como mostra o Excerto 2, retirado de um trabalho seu sobre “práticas de ensino”:

Excerto 2

Com os grupos montados e os jogadores definidos, fica a cargo do “mestre” de cada grupo escrever a pré-aventura e iniciar o jogo. A função do professor aí passa a ser de ajudar nas construções das aventuras e nos sistemas de regras, o professor também pode fazer com que os “mestres” façam inserções de elementos da literatura portuguesa e brasileira nas aventuras. Outro fator de destaque é que o professor pode assumir papel de personagem NPC (*Non-player Character*) nas aventuras de todos os grupos da sala, podendo assim desenvolver desafios e instigar o processo lógico dos alunos [...].

Gastei algumas horas desta pesquisa tentando entender melhor o RPG, quer seja lendo sobre o assunto, ou conversando com T. e, se não aprendi a jogar, propriamente, ao menos compreendi algo muito relevante para o caso em análise: num jogo de RPG, o personagem só pode agir de acordo com o que ele sabe ou pode ver dentro da narrativa, mesmo que o jogador saiba ou possa ver muito mais a partir de seu ponto de vista externo à narrativa. Aparentemente, T. havia traduzido essa prescrição dos jogos de RPG para a construção de sua *problematização*. No Excerto 3, por exemplo, T. fala do que lhe parecera uma contradição entre certos discursos sobre a Maçonaria que o haviam alcançado por meio de comentários de seus amigos evangélicos (mais especificamente, o discurso sobre a Maçonaria como forma de satanismo), e o comportamento de um membro da igreja evangélica em sua cidade que, tido como “bom cristão”, ostentava um adesivo com o símbolo da maçonaria em seu automóvel:

Excerto 3

Por mais que eu leia na Superinteressante, que lançou trezentos mil artigos sobre o que é maçonaria, os segredos da maçonaria, isso e aquilo... eu não sei se aquilo é verdade, entende? Como aquilo pode ser legitimado

como verdadeiro... como as pessoas ainda vão dizer que os maçons são satânicos, se eu estou vendo um suposto cristão dentro da maçonaria? e isso me desperta curiosidade, interesse de descobrir o que tem por trás disso aí...

Está em jogo, no excerto 3, menos a veracidade do referido discurso sobre a Maçonaria e mais a identidade que T. ocuparia na situação, isto é, se, em relação àquela narrativa, ele seria um personagem (a quem certos segredos ainda não teriam sido revelados) ou jogador (que saberia sobre a Maçonaria algo que seus amigos evangélicos ainda não podiam compreender). São muitos, e muito distantes entre si, como mostra o Excerto 3, os *sítios* em que T. fixou outros humanos na identidade de personagens, que agem pelo que veem, estando ele na identidade de jogador. Mantê-los lá, agindo segundo a *problematização*, requeria, contudo, a circulação de *móveis imutáveis*, alguns dos quais identifiquei a partir da dica dada por T. quando me falou de seus poemas:

Excerto 4

quando eu comecei a escrever... aí, a idéia era ... eu ia só escrever [contos] sobre RPG, então não tinha a poesia romântica, não tinha nenhuma poesia desse cunho, era simplesmente poesia épica, sobre paladinos, magos e dragões... fui escrever poesia romântica no colegial [...] queria dar uma *forma bela*, ser um bardo²²... cantar versos heróicos... (grifo meu).

Um forma (ou um formalismo), seja bela(o) ou não, é, sobretudo, como diria Latour (2005, p. 223, tradução minha) “simplesmente algo que permite a outro algo ser transportado de um sítio a outro”. T. incluía em seus poemas uma série de elementos simbólicos do RPG, da poesia romântica, da literatura de fantasia, de mitologia e ocultismo, e fazia tais poemas circularem por muitos espaços: seu blog, fóruns de RPG online, e, ocasionalmente, conversas via CMC com amigas da faculdade pelas quais se interessava, talvez romanticamente. Cada um desses sítios, por sua vez, fazia fluírem de volta para T. comentários, críticas e, ocasionalmente, elogios de certas “donzelas” com as quais, a partir daí, mantinha contato. Já na universidade, pensando em seu trabalho de conclusão de curso, T. me contou que pretendia tomar uma das línguas criadas por Tolkien e

²¹ Como já dito, local e global são, para a TAR, não sítios geográficos ou “contextos sociais” específicos, mas escalas distintas a que se pode recorrer para descrever uma translação que agrega um sem número de interações distribuídas por inúmeros sítios. Sob tal ótica, letramentos locais seriam *translações* de pequena escala, correspondentes a letramentos não oficializados, padronizados, mensurados ou institucionalizados porque não vinculados, por meio da circulação de traços e inscrições, a algum tipo de *central de cálculo*, como ocorre, por exemplo, com letramentos escolares e/ou profissionais que são objeto de padronização curricular e mensuração periódica por meio de testes estandardizados.

²² O bardo, no RPG, é um personagem culto, nobre e dono de muito conhecimento, que prefere evitar os confrontos diretos, e cujas habilidades e magias provêm informações úteis ou desempenham tarefas utilitárias para os demais jogadores. Guarda com o bardo como figura histórica ligada à tradição oral na Europa medieval, a missão semelhante de “contar histórias” e “cantar poemas”.

Excerto 5

mostrar... toda a formalidade que ele [Tolkien] usou nessa língua pra dar a vivência na obra, entendeu? ... Tipo, por que tal palavra em élfico tem essa sonoridade e ela quer dizer isso, entendeu? [...], eu estou pegando bastante matérias da linguística, eu quero aprender fonética e fonologia [...] pra eu ter uma base melhor, precisa...

Formas (lexicais e composicionais), portanto, eram parte dos *móveis imutáveis* que T. fazia circular entre a literatura, o RPG, a academia e sua vida romântica, de modo a sustentar sua *subjetividade*; mas, não se deve excluir dessa lista, como nos lembra Latour (2005, p. 223), os muitos formulários²³ preenchidos por T., e registrados pelo *software de monitoramento*, quando se cadastrava em fóruns e universos de fantasia *online*, os muitos *templates* que utilizava, como o que serviu para fazer seu blog, e o que baixou da Internet para construir um *website* encomendado por seu chefe. Havia, ainda, os *wireframes* de corpos e armas que preenchia com diferentes *skins* nos *games* em que encenava seu romance com a namorada, e, é claro, também os formulários de matrícula da universidade que, preenchidos sucessivamente a cada semestre, o iam tornando apto a dizer-se, eventualmente, *formado*, em mais de um sentido.

Aqui já seria possível trocar de escala para ver T. como ator *persuadido* e *envolvido* em translações maiores e mais poderosas do que ele, como a da educação superior. Mas, como A. também está enredada em parte dessas mesmas translações, convém, primeiro, abordá-la como *ator-focal*.

A., uma letreira

Assim como no caso de T., parto de uma autodescrição oferecida por A. aos leitores de seu blog voltado para “ensino, diversidade e linguagem”: “Nada sei, ainda. Mas vivo em contínua busca pelo conhecimento. Tentarei ajudá-los, conforme for conseguindo. E vocês também podem me ajudar muito... Topam?”

Filha de um professor e de uma zeladora de escola pública, professora particular de disciplinas dos ensinos fundamental e médio em sua comunidade, negra, e estudante de letras, A. transportou para seu blog, via metonímias, três *subjetificadores*: ensino, diversidade e linguagem. O leitor do *blog* projetado por A. era “quem tiver interesse em *seguir* [...] talvez quem tenha alguma *dúvida* em português, questão de ensino” (grifos meus). Atrair e manter tais leitores, ou seja, fazê-los passar por ela tal qual um *PPO* (seria este o sentido do

verbo “seguir” que sublinhei?), era algo que A. tentava fazer oferecendo, basicamente, reflexões sobre fatos que presenciava no dia a dia de duas escolas, aquela em que morava e aquela na qual trabalhava como inspetora de alunos, além de “soluções” para dúvidas de outros “letrados” e professores, transportadas por ela até o blog, diretamente da faculdade onde estudava:

Excerto 6**Aulas**

Bem, moro numa escola e trabalho em uma, também. Estive pensando, seriamente, sobre algumas questões. E *eu*, entrando *também* no Ensino, pairam-me várias *dúvidas*. Por exemplo: como incentivar a leitura entre os alunos? Como fazê-los ler? E a internet, é um mal? (grifos adicionados)

Ao tornar reflexivo o verbo pairar, entendido aqui no sentido de “suster”²⁴, “sustentar” ou “alimentar”, A. dá uma pista, no *post* registrado no Excerto 6, para sua *problematização*: “dúvidas são pontos de encontro entre o que as pessoas são e o que elas podem ou querem ser”. Esse espaço fronteiriço do já-saber-mas-ainda-não, já *figurativizado* no híbrido aluna-professora, ou professora-aluna, que era a própria A., também se podia depreender do epíteto “uma letreira”, que acompanhava seu pré-nome civil no título do blog. O sufixo -eira, como é sabido, forma substantivos com os sentido de profissão ou afinidade com uma atividade ou objeto (faxineira, cabeleireira, aventureira, roqueira, etc.), mas também de lugar ou sítio (lareira, capoeira, etc.).

Pode parecer uma *problematização* vaga ou mesmo ingênua essa de A., mas, seguindo as conexões do *ator-rede*, ficou claro que, para ela, ter dúvidas era a melhor maneira de se ater à verdade. Vinculada, dos 12 aos 18 anos, a uma igreja evangélica pentecostal que lhe impunha muitas certezas na forma de dogmas, acompanhadas de um duríssimo código de conduta, A. dizia ter-se “emancipado” quando começou a duvidar:

Excerto 7

Pronto, o marco foi o cursinho [...] Você para pra refletir... aula de redação... você começa a ficar mais crítica, aquele ambiente de... começa ... a faculdade começa no cursinho! É isso! Aí eu parava pra olhar ((inaudível))... puxa, né?, ia estudar história mais a fundo, e... eu estudava na escola também, antes, mas eu pensava comigo “não, o professor tá falando absurdo”, porque eu acreditava no que diziam na igreja.

²³ Emprego aqui, como o autor, duplo sentido da palavra *form* em inglês.

²⁴ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2011).

Os porquês da igreja, baseados em interpretações literais do texto bíblico, eram, segundo aprendera com o pastor, *fiéis intermediários* a transportar a vontade de Deus para o cotidiano. Mas, com o passar do tempo, e dos hormônios da adolescência, as muitas restrições ao comportamento feminino que o pastor “tirava” da Bíblia – não cortar o cabelo, não fazer curso superior, não namorar, não ir a festas, etc. – tornaram-se insuportáveis para A.. De verdades literais essas palavras passavam agora a ser metáforas cujos sentidos abriam-se à decifração por referência a outros textos e outros discursos encontrados no cursinho. A cadeia se rompia. Para cada ‘porquê’ do pastor, havia agora um ‘por quê?’. Os *intermediários* tornavam-se *mediadores*.

A. continuava a acreditar que a Bíblia era uma *inscrição*, mas via, agora, que o pastor a distorcera enquanto a transportava, justamente porque tentava manter imutável seu sentido, e não, como deveria, apenas sua forma²⁵:

Excerto 8

Aí você ouvia, assim, eles diziam coisas, contavam a explicação, bíblica e tal, mas eu falava, não, mas isso daí é um momento! Sabe, guardar a força assim nos cabelos, e pá-pá-pá. Eu falei: “mas gente... ((colocando a palma da mão sobre a testa)) Sansão e Dalila já passou, agora... não tem a ver agora. [...] Eu parava pra pensar, ali em casa: eu conheço a Bíblia de cabo a rabo! Esses tempos que eu passei na ((nome da igreja)) pelo menos serviram pra isso. Eu conhecia, eu sabia tal versículo, o outro versículo. A pessoa fala, eu ((toca a cabeça com o indicador)) sei onde está! Ma::s e o mesmo... foi esse... foi o conhecimento da Bíblia é que me fez sair, também. Parei pra analisar! Ah, “vocês leiam a Bíblia”, era muito incentivo o tempo todo, “tem que ler a Bíblia, tem que ler a Bíblia, tem que ler a Bíblia”, né? Esse mesmo conselho é que me fez sair.

Os versículos que A. sabia de cor agora circulavam, com ela, por outros espaços, conectavam-se em com outros discursos sobre Deus que também passavam pelo PPO, como, por exemplo, as da Figura 2, que obtive de *snapshots* relacionados à participação de A. em um grupo de discussão *online* sobre religiões.

A *inscrição* bíblica, em que A. continuava a confiar, era agora constantemente posta a prova em sucessivas *performances* frente a hipóteses alternativas sobre a própria “natureza de Deus”: a do ateísmo (a), a do biologismo (b)

a e de um Cristianismo alternativo, vinculado à libertação e à leveza da alma, em lugar do peso do sofrimento como forma de salvação (c). Porque o sentido da *inscrição* havia sido reaberto, A. já podia manter-se gnóstica ao mesmo tempo em que estabelecia um relacionamento romântico e sexual com um namorado quinze anos mais velho. Podia abrir-se para o mundo em diversas redes sociais tomando para si, e não deixando a cargo do pastor, a responsabilidade por gerenciar suas próprias tentações, por vezes *figurativizadas* como fotos de homens e mulheres seminus, em poses sensuais, que ilustravam pedidos de “adicionar como amigo” num dos sites de relacionamentos de que A. era usuária, usuários que procuravam por meio de tais mensagens, possivelmente, parceiros para sexo virtual²⁶.

A. ia, assim, implantando sua problematização, aprendendo, agora pela dúvida, e não mais pelo dogma, como sustentar a si mesma enquanto sujeito. Ao mesmo tempo em que tinha suas dúvidas, com já dizia seu blog, A. também se sentia apta a responder às dúvidas que lhe eram enviadas por estranhos no serviço Yahoo Respostas. Intrigou-me que A., trabalhando em período integral numa escola, estudando à noite, e dando aulas particulares nos fins de semana, se dispusesse a gastar parte de seu tempo respondendo a essas perguntas. Perguntei-lhe sobre como ela participava daquela prática, naquele serviço *online*, e por quê:

Excerto 9

A.: A maioria das vezes eu entro pra responder [...] você monta um perfil e escolhe as categorias de perguntas [...] Eu tenho uns amigos das exatas que entram pra olhar (.) os exercícios, né? Tipo, quem tem a resposta pro exercício tal? [...] Aí as pessoas opinam, ajudam a resolver ... é uma forma também... e, ele:: conforme você responde perguntas, você *ganha pontos* também, e quando você pergunta, você *perde alguns*. Era meio que uma competição, inicialmente, ma::s daí ... (grifos adicionados)

Perguntei, então, para que servia a pontuação fornecida pelo site:

Excerto 10

... não sei (risos)... pra nada (risos) Pelo menos para entrar lá e pra falar “nossa, ele sabe das coisas”! (risos) Uma vez eu respondi, assim... sobre português... às vezes eu respondia, tipo... sobre o cotidiano... uma vez

²⁵ Sucintamente, chama-se *inscrição*, na TAR, qualquer tipo de marca (ou traço) que permite transformar uma entidade qualquer em um signo, e, assim, transportá-la até o sítio central de uma translação em curso. No caso dos cientistas e engenheiros, uma inscrição corresponderia a uma ‘palavra da natureza’, revelada na forma de um pico ou vale em um gráfico, de número em um instrumento de medição, ou qualquer outro registro gerado por aparelhos especializados. Essa ‘palavra da natureza’, por sua vez, pode ser combinada com outras palavras e vozes, vindas de outros sítios, na forma de textos acadêmicos que redefinem um problema científico-tecnológico já existente, e, dessa forma, fazem emergir, ou então cessar, uma controvérsia entre os envolvidos no ator-rede em constituição (Latour, 1986, 2000).

²⁶ Não se poderia saber, mesmo que isso nos interessasse, se A. aceitava ou recusava tais convites, uma vez que ela poderia deletar, e provavelmente teria deletado, sendo esse o caso, tal tipo de registro, devido à natureza dos termos de consentimento esclarecido.

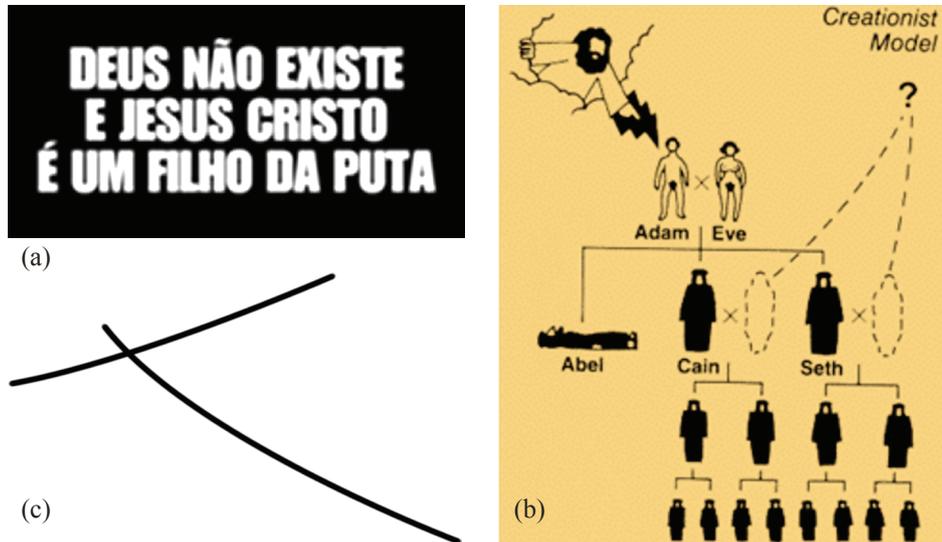


Figura 2. *Inscrições* ligadas a discursos concorrentes sobre o cristianismo que circulavam nos letramentos digitais de A. **Figure 2.** *Inscriptions* connected to competing discourses about Christianity that circulated in A.'s digital literacies. The text in (a) reads “God does not exist and Jesus Christ is a son of a bitch”.

Nota: (*) A Figura 2a é um gif animado que alternava as cores do fundo e das letras entre preto e branco. N.B: Figure 2a is an animated gif that displayed the black type letters on a white background and white type letters on a black background in a continuous loop.

uma menina perguntou assim:” o que é que eu faço em tal situação, eu tô grávida, e tal”. Eu peguei e dei um conselho pra ela... eu dei um conselho. E dali você tem um grupo de pessoas também, você pode fazer amigos, e::: a gente montou um grupo de discussão, aquele que ... o das religiões.

Como no cursinho, também aqui se vê uma A. que usa dúvidas para saber onde está, e para onde ir em seguida. Assim como T., ela participava de letramentos mal vistos por “figuras de autoridade”, tais como seus pais e seu namorado mais velho: (possibilidades de) sexo virtual com desconhecidos e mesmo via MSN, trocas de conselhos sobre gravidez na adolescência e pedidos de “cola escolar” no *Yahoo Answers*. Já diferentemente de T. quando adolescente, ela não dependia de seus pais para fazer avançar seu empreendimento subjetivo naquele momento, porque tinha emprego e sustentava seus próprios hábitos de consumo.

Ambos, porém, e provavelmente sem saber, ou sem se importar, trabalhavam em várias translações globais empreendidas pelos patrocinadores de seus letramentos locais, por meio de *objetos fronteiriços*. E aqui, finalmente, já podemos retomar, do ponto onde ficou aguardando, o caso de T., e caminhar, com T. e A. juntos, para a parte final do artigo.

Letramentos situados, letramentos circulados

Como já dito, na TAR, não há discontinuidades entre global e local, mas conexão por meio de *objetos*

fronteiriços. Assim, quando A. respondia a dúvidas ou dava conselhos no Yahoo Respostas, ela perdia (se perguntasse) e ganhava (se respondesse) o que seriam, do lado de cá do OF, pontos de reputação. Mas se seguimos esses pontos de volta até a *central de cálculo* de onde vinham, flagraremos essas métricas a serviço da produção e comercialização de um saber (Buzato, 2009c; Buzato e Severo, 2010). Perguntar ou responder às dúvidas dos demais usuários do lado de cá do OF equivale, do lado de lá, a fazer um mapeamento laços, sociais e semânticos, que os analistas de marketing que trabalham para a *central de cálculo* usam para, entre outras coisas, calcular os graus de saída (influência) e de entrada (prestígio) de usuários de redes sociais tais como A., e para contextualizar expressões linguísticas como “gravidez na adolescência”, para os milhares de atores humanos (usuários/consumidores) e não-humanos (tais como motores de busca na web) que desejam encontrar quem pelo tema se interesse.

Assim sendo, uma descrição de qualquer letramento na ótica da TAR nos permitiria dar conta de ao menos dois lados (ou sítios) que trabalham integrados por um ou mais OFs para produzir saberes globais que retornam aos atores locais como *subjeficadores* e competências que podem ser acessadas continuamente. O tipo de saber produzido varia, contudo, em função das diferentes *problematizações* envolvidas de cada lado. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado – talvez de forma mais prosaica, porém não menos significativa – aos letramentos escolares e profissionais de que T. e A. participavam nos seus quotidianos. A Figura 3 exhibe a transcrição de parte do conteúdo da frente (Figura 3a) e do verso (Figura 3b)

de um dos formulários que A. precisava preencher diariamente em sua atividade profissional como inspetora de alunos, e a Figura (4), um dos emails que T. recebia regularmente de alguns de seus professores.

No texto da Figura (3), A. relata ao diretor da escola, num tom judicaresco, e de forma mais “circunstanciada” do que aparentemente seria necessário, uma “ocorrência”. No texto da Figura (4), a monitora de uma das disciplinas cursadas por T. faz circular instruções igualmente detalhadas da professora para os alunos.

Não é difícil, em ambos os casos, rastrear os textos até as instituições, papéis institucionais e regimes disciplinares que lhes dão o significado já mencionado. Porém a TAR nos revela, ao chamar atenção para as circulações, ressemiotizações e transmediações envolvidas, que tais documentos são OFs conectando letamentos locais a letamentos globais. As palavras destacadas na transcrição da Figura 3 e no texto da Figura 4 indicam, nesse sentido, o que poderíamos chamar de “buracos” no OF, ou, de outra forma, pontos de contato que nos permitem dar uma espiadela no outro lado.

No boletim de ocorrência, o tom judicaresco representado nos itens lexicais “infringiu”, “desacato”, e “ocorrência” e a obsessão descritiva (data, local, participantes, palavras utilizadas *ipsis literis*, artigo infringido, etc.) nos remetem ao fato, relatado por A., de que o diretor da escola, e “autor” do formulário, era também um advogado que participava, naquele momento, de um curso de pós-graduação em Direito e para quem, portanto, o boletim tinha, potencialmente, o valor de *inscrição* em mais de uma translação. No e-mail (Figura 4), vemos um “link patrocinado” que oferece aos leitores a possibilidade de baixarem um programa de navegação que traduz textos automaticamente. A esse *link* eletrônico estão ligadas as palavras da professora, por vínculos lógico-semânticos (entre “traduza” e “tradução”, “latim/português” e “verbos”) que o banco de dados do provedor do serviço é capaz de detectar. Isto justamente por causa das múltiplas contextualizações fornecidas ao sistema por usuários de redes sociais tais como A. e T..

Claro está, obviamente, que também para o letamento que compartilhamos eu e o leitor deste artigo trabalharam A. e T., sendo que os “buracos” que nos permitem olhar para o trabalho dos informantes seriam, obviamente, os mesmos que permitiriam aos informantes, caso tivessem tal interesse, olhar para nós e compreender como os enredamos a partir de uma outra problematização. Isso, obviamente, constitui um chamado à reflexividade para quem faz a pesquisa, uma reflexividade que, por vezes, se insinua venenosa, porque, em certa medida, paralisante, mas que uma outra forma de abordar os mesmos dados talvez não tornasse tão evidente. Ao mesmo tempo, talvez

se ofereça aos informantes da pesquisa, dessa forma, um devido reconhecimento ao seu trabalho que, em outras abordagens, certamente soaria meramente protocolar.

Discussão: comparando casos, criando caso

Apesar de serem estudantes de uma mesma universidade, de terem a mesma idade e de viverem no que seria, em tese, um mesmo momento sócio-histórico, T. e A. estabeleciam relações bastante particulares com os letamentos (em parte os mesmos) de que participavam. Ambos trabalhavam com *problematizações* que lhes diziam que existiria algo além ou diferente do que os textos, e os outros, lhes diziam haver. Ademais, para ambos, isso se mostrava especialmente significativo no tocante ao que se poderia chamar de “dimensão espiritual” de suas subjetividades, embora suas trajetórias de subjetificação fossem quase opostas (o T. satânico ia tornando-se um T. cristão, ceticamente evangélico, e a A. evangélica era agora uma cristã relativamente cética). No entanto, se para T. as pessoas pensavam saber o que na verdade não sabiam, para A. pessoas que pensavam não saber, poderiam, dessa forma, emancipar-se. Essas semelhanças e diferenças de *problematização* não poderiam, por qualquer manobra simplista, ser derivadas diretamente das diferenças que constituíam os dois sujeitos do ponto de vista de categorias sociológicas tais como gênero e classe, embora tais diferenças, claramente, possam ser discutidas a partir dos mesmos dados aqui apresentados. Tampouco se poderia atribuí-las a algum construto intrapsicológico, desde que entendamos, à moda da TAR, que nada existe no “mundo interno” dos sujeitos que não lhe tenha sido trazido para dentro a partir de algum sítio externo²⁷, na forma de *subjetificador*, *localizador* ou *personificador* (Latour, 2005, p. 213).

Isto não significa que utilizar a TAR para tratar dos novos letamentos equivalha a ignorar (ou não ter instrumentos para lidar com) diferenças pessoais, de classe ou de gênero. Trata-se, ao contrário, de mostrar como pessoa, classe e gênero são produzidos por redes heterogêneas que conectam eventos locais a centrais de cálculo, entre as quais estão, como lembra Latour (2005), os departamentos de sociologia e psicologia onde foram e são produzidos tais categorias e conceitos.

É importante destacar, também, nesse arremedo de comparação, que T. e A. contavam com *mediadores* semelhantes para práticas semelhantes de letamento, como, por exemplo, manter blogs para falar de seus interesses e inquietações pessoais, ao mesmo tempo em que também “baixavam” *subjetificadores* totalmente diferentes para distinguirem-se de outros sujeitos em contextos institucionalizados, tais como a escola e a igreja, e não

²⁷ Vale citar que Latour (2005, p. 210) credita ao trabalho Lev Semenovich Vygotski o pioneirismo no estabelecimento desse princípio.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
EMEB
 Secretaria da Educação
 Rua _____ Bairro _____
 SP - CEP _____
 FONE/FAX - _____

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

PROFESSOR/FUNCIONÁRIO
 N.º _____

ALUNO: Roberto
 NÍVEL: 8ª B PERÍODO: Tarde N.º: 21
 LOCAL: ônibus que trazia os alunos do desfile (07/09/2010)
 TÍTULO DA OCORRÊNCIA: desacato a funcionária
 DESCRIÇÃO: O aluno Roberto dos Santos Lima levantou-se da poltrona para agredir a aluna Jéssica H. Faverito (8ª B) com apertões na bochecha, e esta pediu para ele parar. O aluno foi advertido pela funcionária Elaine H. M. Stelgo, mas não obedeceu, dessa vez falando palavrões ("caralho", "porra", "buceta", "vai tomar no cu", que não são admitidos entre alunos e funcionários desta escola). Foi advertido mais uma vez, e então alterou a voz e desacatou a funcionária. Esta pediu para ele parar e se colocar no lugar - B

DATA: 08/09/2010

RESPONSÁVEIS:*

PAI/ RESPONSÁVEL: Margarida RG N.º 10

MÃE/ RESPONSÁVEL: _____ RG N.º _____

PROFESSOR (A) / COORDENADOR (A) / DIRETOR (A)
 FUNCIONÁRIO (A)

(a)

de como aluno, pois estava sob a responsabilidade da escola. Pediu, ainda, que se sentasse, bem como aos outros que se levantaram.

O aluno infringiu o parágrafo 7º do artigo 12.

(b)

BOLETIM DE OCORRÊNCIA:

PROFESSOR/FUNCIONÁRIO:
 <nome e sobrenome do funcionário>

ALUNO: <nome e sobrenome do aluno>
LOCAL: ônibus que trazia os alunos do desfile (07/09/2010)
TÍTULO DA OCORRÊNCIA: desacato a funcionária
NÍVEL: 8ª B **PERÍODO:** Tarde N.º: 21

O aluno <nome do agressor> levantou-se da poltrona para agredir a aluna <nome da agredida> (8ª B) com apertões na bochecha, e esta pediu para ele parar. O aluno foi advertido pela funcionária <nome da funcionária>, mas não obedeceu dessa vez falando palavrões ("caralho", "porra", "buceta", "vai tomar no cu", que não são admitidos entre alunos e funcionários desta escola. Foi advertido mais uma vez, e então alterou a voz e **desacatou** a funcionária. Esta pediu para ele parar e se colocar no lugar

[no verso do formulário] dele como aluno, pois estava sob a responsabilidade da escola. Pediu, ainda, que se sentasse, bem como aos outros que se levantaram. O aluno **infringiu** o parágrafo 7º do artigo 12.

(c)

Figura 3. “Boletim de ocorrência” preenchido por A. em sua atividade de inspetora de alunos de uma escola pública.
Figure 3. “Incident report form” filled out by A. when she worked as a custodian in a public high-school.

institucionalizados, tais como seus grupos de amigos e redes sociais online.

Nos letramentos digitais de ambos foi possível mapear diversas formas de *delegação* das quais lançavam mão para sustentar suas *translações*. Ambos usavam, por exemplo, *widjets* de redes sociais *online* que lhes avisava-

vam sobre os aniversários dos amigos, funcionalidades de seus navegadores de Internet para abrirem automaticamente vários sites da Internet quando iniciados, e um programa de mensagens instantâneas que lhes informava, a todo momento, se alguém de sua lista de contatos entrava ou saía da Internet. Ambos eram obrigados, por outro

From: <nome da monitora da disciplina>
 [<iniciais da monitora>@hotmail.com]
Date: Sun, 25 Oct 2009 17:09:15 -0200
To: <nome da lista > [<nome da lista >@yahoogrupos.com.br]
Subject: [<nome da lista >] recados da professora <nome da professora >

Caros e caras,
 encaminho a vcs alguns recados da <nome da professora >, ok?!
 Boa semana a todos,
 <nome da monitora da disciplina>

COMUNICADOS:

- Darei normalmente a aula na quarta-feira, dia 28/10: será a **tradução** da 2A e o ensino do futuro de **verbos** regulares e irregulares. Matéria da prova final.
- Os alunos devem entregar por escrito os exercícios de **versão português/latim** (o último da seção 1G). Os demais exercícios desta unidade e da folha extra (inclusive o poema) já foram todos feitos.
- A prova substitutiva será dia 4 de novembro, das 19h-21h. Preciso ver em que sala poderá ser feita. Não haverá outra oportunidade para quem não fez a primeira prova.
- A prova final (até 2A) é obrigatória a todos e ocorrerá possivelmente no dia 18 de novembro. Se não, fica para o dia 25 de novembro (quando haverá aulas de qualquer forma).
- Quem tirou abaixo de 5,0 precisa refazer a prova junto com a monitora, frequentar mais as aulas, participar das oportunidades oferecidas. Haverá reprovação por falta (sem exame). Alunos que não receberam a prova devem me procurar com urgência.

Atenciosamente,
 <nome da professora >

Novo Internet Explorer 8: **traduza** com apenas um clique. Baixe agora, é grátis!

Figura 4. Mensagem enviada pela professora de Latim a T., por meio do email da monitora da disciplina.

Figure 4. Message from a Professor of Latin sent to T. via the teaching assistant's email account.

lado, a se adaptar a *prescrições* impostas pelo computador e pelos mesmos programas a quem delegavam tarefas, conectando-se, dessa forma, a translações maiores e mais poderosas do que eles.

Com base nessas observações, fica claro que é possível, e talvez desejável, questionar seriamente a noção de práticas de letramento como forças ou modelos abstratos dados ostensivamente, e orientadas por um plano estrutural que estaria separado de um plano do sujeito. E isso é possível, deve ter ficado claro, quando se repensa letramentos e sujeitos como redes de trabalho (*worknets*) físico e semiótico. Tal perspectiva nos permitiria, entre outras coisas, problematizar a presença dos computadores, e outros dispositivos digitais conectados, na escola e em outros espaços institucionais, para além das costumeiras questões relativas à capacitação, materiais didáticos e metodologias de ensino: abre-se uma oportunidade de discussão franca sobre os *programas de ação* instalados e instaláveis na escola por meio dos muitos *delegados* que a ela transportam ações e decisões de outros sítios.

Com relação aos alunos e jovens trabalhadores, vistos aqui de forma um pouco estereotipada, mas talvez não de todo inaceitável, como participantes mais “nativos” da cultura digital do que muitos de seus professores e chefes, caberia indagar até que ponto estão cientes das *problematizações* que orientam as operações transmidiáticas com as quais se identificam, e até que ponto são capazes de conceber e empregar *objetos fronteiriços* a favor de suas próprias *problematizações*, de maneira ética e crítica, para conectar os letramentos escolares e não escolares de que participam.

Ademais, os resultados aqui apresentados de modo sucinto apontam para o fato de que, na escola e no trabalho, é preciso chamar a atenção dos sujeitos para a maneira como seu trabalho é cooptado pelos mais diversos *actantes* “do lado de lá”, e para as consequências disso no “lado de cá”. Isso é algo que muito pouco se tem enfatizado nos discursos sobre educação, formação profissional ou “inclusão” *mediadas* pelas tecnologias digitais da informação e comunicação.

Considerações finais

Em anos recentes, com a difusão acelerada do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (celulares, computadores portáteis, *tablets*, aparelhos de GPS etc.) no cotidiano das populações urbanas escolarizadas do ocidente, juntamente com o aumento exponencial dos fluxos intra e transnacionais de circulação de pessoas, textos e tecnologias no bojo da mundialização da economia, reabriu-se espaço para a problematização da relação entre contexto e letramento. Em particular, a difusão social dessas tecnologias trouxe consigo uma oportunidade de conscientização dos envolvidos no ensino e na pesquisa sobre letramento acerca das maneiras pelas quais contextos que supostamente encapsulariam eventos locais de letramento são, em verdade, produzidos a distância.

Neste trabalho, busquei explorar, ao lado dessa nova abordagem do contexto, uma (relativamente) nova abordagem dos sujeitos e das práticas sociais, dita pós-social (Knorr-Cetina, 2005). Nessa maneira de conceber fenômenos sociais, postula-se subjetividade como sendo um processo contínuo que congrega entidades humanas e não-humanas de modo a produzir e estabilizar um híbrido: o sujeito. Da mesma forma, postulam-se as práticas como processos que congregam e organizam o trabalho distribuído de diferentes sítios.

Em vista da enorme complexidade aí envolvida, e, espera-se, demonstrada pela análise, cabe perguntar que vantagens tal enfoque traria para os estudos do letramento de base sociocultural em geral, e para o estudo dos novos letramentos e/ou letramentos digitais em especial. Para as Ciências Sociais como um todo, a primeira e mais óbvia dessas vantagens está em que a teoria se desfaz da noção essencializada do social como uma força ostensiva, permitindo ao analista explicar os comportamentos dos atores por meio da estabilidade e extensão das conexões reais entre entidades que definem seu papel e permitem que o poder circule por elas. A segunda vantagem é que as teorias de cunho pós-social rejeitam os processos de purificação (Latour, 1994) que tendem a produzir descontinuidades entre cultura e natureza, indivíduo e sociedade, e sociedade e tecnologia, e, dessa forma, instrumentalizam o analista para o engajamento com mundo cada vez mais povoado por híbridos e ciborgues.

Em particular, no caso dos estudos do letramento, uma abordagem pós-social pode ser útil para que se recupere o foco no papel dos objetos materiais e tecnologias envolvidos na escrita em particular, e na comunicação social em geral (Brandt e Clinton, 2002), numa época em que novas e velhas tecnologias entram em diálogo e em conflito nas práticas discursivas e não discursivas que definem o que conta como sujeito letrado a cada momento. Isto, evidentemente, sem que se caia na armadilha determinista em que caíram os autores do modelo autônomo do letramento.

Nenhuma teoria é uma panaceia, assim como nenhuma (re)descrição de um (quase)objeto qualquer é isento de falhas e perdas em relação às descrições anteriores. Ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância do pioneirismo dos autores que iniciaram esse diálogo com a TAR (Hamilton, 2001; Clarke, 2001, 2002; Brandt e Clinton, 2002; Barton e Hamilton, 2005; Leander e Lovvorn, 2006), é preciso ressaltar o quanto ainda há por fazer para a sua divulgação e eventual adoção nas pesquisas sobre letramento no Brasil. Com o que aqui apresentei, não pretendi me constituir, nem de longe, nalgum *ponto de passagem obrigatório* para tal empreendimento. Quis apenas sugerir um ponto de passagem alternativo para quem deseje, por qualquer motivo, pensar os *novos letramentos novamente*.

Referências

- AKRICH, M.; LATOUR, B. 1992. A Summary of a Convenient Vocabulary for the Semiotics of Human and Nonhuman Assemblies. In: W. BIJKER; J. LAW (eds.), *Shaping Technology / Building Society*. Cambridge, MIT Press, p. 259-264.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. 2005. Literacy, reification and the dynamics of social interaction. In: D. BARTON; M. HAMILTON (org.) *Beyond Communities of Practice: language, power, and social context*. New York, Cambridge University Press, p. 14-35. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511610554.003>
- BRANDT, D.; CLINTON, K. 2002. Limits of the local: Expanding perspectives on literacy as a social practice. *Journal of Literacy Research*, 34(3):337-356. http://dx.doi.org/10.1207/s15548430jlr3403_4
- BUZATO, M.E.K. 2009a. Letramento e inclusão: do estado-nação à era das TIC. *DELTA*, 25(1):1-38.
- BUZATO, M.E.K. 2009b. Dinâmicas de apropriação e a constituição de translletamentos no contexto de um telecentro comunitário. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6, João Pessoa, 2009. *Anais...* João Pessoa, ABRALIN, p. 2749-2758.
- BUZATO, M.E.K. 2009c. Letramento, novas tecnologias e a Teoria Ator-Rede: um convite à pesquisa. *Remate de Males*, 29(1):71-88.
- BUZATO, M.E.K. 2010a. Cultura digital, Educação e Letramento: conflitos, desafios, perspectivas. In: C. HÖFLING (org.), *Jornada de Letras*. São Carlos, Editora da UFSCar, p. 69-88.
- BUZATO, M.E.K. 2010b. Cultura Digital e Apropriação Ascendente: Apontamentos para uma educação 2.0. *Educação em Revista*, 26(3):283-303. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000300014>
- BUZATO, M.E.K. 2010c. A Cultura digital e o enfoque sociocultural do letramento: ressupondo pressupostos. In: ENCONTRO VIRTUAL DE DOCUMENTAÇÃO EM SOFTWARE LIVRE, 6; CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA ONLINE, 3, Belo Horizonte, 2010. *Anais...* Belo Horizonte, UFMG. Disponível em: <http://wiki.textolivre.org/index.php/Vlevidosol/Buzato>. Acesso em: 30/03/2011.
- BUZATO, M.E.K. 2010d. Can reading a robot derobotize a reader? *Trabalhos em linguística aplicada*, 49(2):359-372.
- BUZATO, M.E.K. 2011. Novos letramentos e a Teoria Ator-Rede: gêneros digitais como objetos fronteiriços. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TESTUAIS (SIGET), 4, Natal, 2011. *Anais...* Natal, UFRN. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Marcelo%20E1%20Khouri%20Buzato%20%20%28UNICAMP%29.pdf>. Acesso em: 20/02/2011.
- BUZATO, M.E.K.; SEVERO, C.G. 2010. Apontamentos para uma análise do poder em práticas discursivas e não-discursivas na Web 2.0. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 9, Palhoça, 2010. *Anais...* Palhoça, CELSUL. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Marcelo%20Buzato.pdf>. Acesso em: 20/02/2011.

- CALLON, M. 1986. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. In: J. LAW (ed.), *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. London, Routledge e Kegan Paul, p. 196-233.
- CALLON, M.; LAW, J. 1997. After the Individual in Society: Lessons on Collectivity from Science, Technology and Society. *Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie*, 22(2):165-182.
- CLARKE, J. 2001. Using actor-network theories for the study of literacy events and practices in global and local settings. Disponível em: <http://www.ched.uct.ac.za/literacy/Papers/ClarkePaper1.html>. Acesso em: 10/05/2007.
- CLARKE, J. 2002. A new kind of symmetry: Actor-network theories and the new literacy studies. *Studies in the Education of Adults*, 34(2):107-122.
- COLLINS, H.M.; YEARLEY, S. 1992. Epistemological Chicken. In: A. PICKERING (ed.) *Science as Practice and Culture*. Chicago, Chicago University Press, p. 301-326.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2011. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=pairar>. Acesso em: 15/03/2011.
- FONTANILLE, J. 2007. *Semiótica do discurso*. São Paulo, Contexto, 286 p.
- GARFINKEL, H. 1967 *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 288 p.
- GIBSON, C.; OSTROM, E.; AHN, T. 2000. The concept of scale and the human dimensions of global change: a survey. *Ecological Economics*, 32:217-239. [http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009\(99\)00092-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009(99)00092-0)
- GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. 2008. Dicionário de semiótica. São Paulo, Contexto, 544 p.
- HAMILTON, M. 2001. Privileged literacies: policy, institutional process and the life of IALS. *Language and Education*, 15:178-196. <http://dx.doi.org/10.1080/09500780108666809>
- HARAWAY, D. 1992. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. In: L. GROSBERG; C. NELSON.; P. TREICHLER (eds). *Cultural Studies*. New York/London, Routledge, p. 295-337.
- HEATH, S.B. 1982. Protean shapes in literacy events: Ever-shifting oral and literate traditions. In: D. TANNEN (Ed.), *Spoken and written language: Exploring orality and literacy*. Norwood, Ablex, p. 91-117.
- IADEMA, R.A.M. 2003. Multimodality, resemiotization: extending the analysis of discourse as multi-semiotic practice. *Visual Communication*, 2(1):29-57. <http://dx.doi.org/10.1177/1470357203002001751>
- KNORR-CETINA, K. 2005. Postsocial. In: G. RITZER (org.), *Encyclopedia of Social Theory*. Thousand Oaks, Sage Reference, vol. 2, p. 585-590.
- LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. 2007. Sampling 'the new' in new literacies. In: C. LANKSHEAR; M. KNOBEL (eds.), *A new literacies sampler*. New York, Peter Lang, p. 1-24.
- LATOUR, B. 1986. Visualisation and Cognition: Thinking with eyes and hands. *Knowledge and Society Studies in the Sociology of Culture Past and Present*, 6(1):1-40.
- LATOUR, B. 1988. *The pasteurization of France*. Cambridge, Harvard University Press, 288 p.
- LATOUR, B. 1992. Where Are the Missing Masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts. In: W. BIJKER.; J. LAW (eds.), *Shaping Technology/Building Society: Studies in Sociotechnical Change*. Cambridge, MIT Press, p. 225-258.
- LATOUR, B. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34, 152 p.
- LATOUR, B. 1996. On Interobjectivity. *Mind, Culture, and Activity*, 3(4):228-245. http://dx.doi.org/10.1207/s15327884mca0304_2
- LATOUR, B. 2000. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Editora da UNESP, 438 p.
- LATOUR, B. 2001. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, EDUSC, 372 p.
- LATOUR, B. 2005. *Reassembling the Social: An introduction to actor-network-theory*. New York, Oxford University Press, 301 p.
- LATOUR, B. 2007. Beware, Your Imagination Leaves Digital Traces: A piece for the Times Higher Literary Supplement 6th of April 2007. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-129-THES-GB.pdf>. Acesso em: 03/10/2011.
- LAW, J. 1992. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity. *Systems Practice*, 5(4):379-393. <http://dx.doi.org/10.1007/BF01059830>
- LAW, J. 2000. Objects, spaces and others. Centre for Science Studies Lancaster University. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Objects-Spaces-Others.pdf>. Acesso em: 12/02/2009.
- LAW, J. 2006. Traduction/Trahison: Notes on ANT. *Convergencia*, 42:47-72.
- LAW, J. 2007. Actor Network Theory and Material Semiotics. Disponível em: <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>. Acesso em: 12/03/2010.
- LEANDER, K.; LOVVORN, J. F. 2006. Literacy Networks: Following the Circulation of Texts, Bodies, and Objects in the Schooling and Online Gaming of One Youth. *Cognition and Instruction*, 24(3):291-340. http://dx.doi.org/10.1207/s1532690xci2403_1
- LEMKE, J. 2009. Multimodal genres and transmedia traversals: Social semiotics and the political economy of the sign. *Semiotica*, 173-1(4):283-297.
- STAR, S.L.; GRIESEMER, J.R. 1989. Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, 19(3):387-420. <http://dx.doi.org/10.1177/030631289019003001>
- WENGER, E. 1998. *Communities of practice: Learning, Meaning and Identity*. New York, Cambridge University Press, 318 p.

Submissão: 25/05/2011
Aceite: 19/10/2011

Marcelo El Khouri Buzato

Universidade Estadual de Campinas

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571

Cidade Universitária 13083-859, Campinas, SP, Brasil